

## Entre Deus, a Coroa e os Kabakas:

evangelização e colonização inglesas no reino de Buganda, 1885-1900.

LUIS FREDERICO LOPES DOS SANTOS\*

‘We are helpers, fellow-creatures,  
Of the right against the wrong;  
We are earnest-hearted teachers  
Of the truth which maketh strong –  
Yet do we teach in vain?’<sup>1</sup>

A Drama of Exile

Elizabeth Barrett Barrett, 1844.

O colonialismo europeu de finais do século XIX e começo do século XX, que teve a África Equatorial como um dos principais locais de disputa, coincidiu temporalmente com diversos processos históricos que o influenciaram, dentre os quais podem ser destacados a abolição da escravidão no hemisfério ocidental, a Guerra Civil norte-americana e a “cotton famine” dela derivada<sup>2</sup>. Tudo isso apontava para a necessidade de novas áreas de cultivo e novos regimes de compulsão, agora baseados no trabalho livre, principalmente nas novas áreas adquiridas pelas potências europeias.

---

\* Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos. Mestrando (segundo ano). Bolsista CAPES/DS.

<sup>1</sup> Citação de abertura do capítulo V – *Heathen Superstitions* – do livro *A. M. Mackay: Pioneer Missionary of the Church Missionary Society of Uganda, by his sister*.

<sup>2</sup> Segundo Mahmood Mamdani, como consequência da Guerra Civil Norte-Americana a produção de algodão do Sul dos EUA foi redirecionada para as indústrias no Norte, causando assim uma carência de algodão no mercado internacional, conhecida como “cotton famine”.

A documentação produzida nesse período a respeito dos “novos” territórios, dentre os quais Uganda – objeto de nosso estudo –, revela o posicionamento europeu em relação aos grupos colonizados, marcado pelo ideal de superioridade econômica e cultural. De acordo com parte da bibliografia sobre o tema (em especial, a bibliografia clássica sobre a partilha da África), a “corrida” à África Central nesse período seria justificada pela intenção civilizatória – promovida, sobretudo, por missionários cristãos – e pela exportação do modelo europeu de Estado (WESSELING, 1998; PAKENHAM, 1992). O “fazer-se” ou a invenção da África novecentista, mais do que refletir a realidade africana, refletiria os dispositivos criados sob o domínio colonial (MAMDANI, 1996: 39).

No caso específico de Uganda o fator missionário foi particularmente importante visto que se constituiu na única força europeia que, até 1890, permaneceu na região do atual sul do país, onde se encontrava o reino de Buganda, para além de um pequeno número de viajantes europeus que passaram pela região em busca da nascente do Nilo. Tal busca foi um dos temas de maior interesse de todas as sociedades geográficas que surgiram no período devido à sua localização estratégica no processo de colonização. A história deste reino obteve relevo dentro do contexto da África Oriental desde os relatos dos primeiros viajantes europeus que por ele se interessaram, fosse pela sua localização junto ao Lago Vitória – considerada a mais provável nascente do Nilo –, seja pela centralização política que tais homens identificaram, ou pela presença de um exército fiel ao chefe principal, e aos demais chefes de estado. O entendimento do que a historiografia encara como centralização política constitui um dos problemas da pesquisa, uma vez que se pretende entender como os escritos dos administradores coloniais e dos missionários, influenciaram a forma como essa unidade política foi entendida historicamente. A maior parte da historiografia consultada não coloca em xeque o protagonismo de Buganda perante outros reinos e outras sociedades da região, no entanto, questiona-se a ideia segundo a qual tanto os missionários quanto os viajantes e oficiais europeus teriam lido aquilo que era um processo histórico como se fosse uma característica ontológica e estática da sociedade local. Embora, nos relatos dos europeus que visitaram Buganda neste período, sejam constantes as citações sobre as guerras travadas entre este e, por exemplo, o reino de Bunyoro – que vinham disputando poder há séculos –, a memória construída sobre esses eventos falha em identificar neles um processo histórico no

qual está em disputa a hegemonia pela região. O discurso europeu, e particularmente o britânico, na voz dos viajantes, missionários e também antropólogos, acaba por congelar esse processo e eleger Buganda como seu “quartel-general” para a colonização dos demais grupos sociais da região.

No caso específico de Buganda, “kabaka” era o nome atribuído aos chefes máximos do que os europeus reconheceram como “cortes nativas”, estas, por sua vez, compostas também por outros chefes, cujas funções eram sempre identificadas ao modelo europeu de Estado. Assim, haviam o chamado primeiro ministro, ou Katikkiro, o chefe da justiça, ou Omulamuzi, e o tesoureiro, ou Omuwanika, entre outros. Essa ideia de organização monárquica não se restringiu à região em questão, tendo se constituído, na verdade, em um dispositivo criado pelos governos coloniais com a intenção de melhor administrar as populações locais. Nicholas Dirks afirma que tais dispositivos apagariam a diversidade e a especificidade das formulações políticas locais em prol da formação de uma classe colonial dominante (DIRKS, 2001).

O explorador inglês John Hanning Speke foi o primeiro a entrar em contato com Mengo, a capital do reino, em 1861, no período em que reinava o Kabaka Mtesa I. Mas a presença de forças imperiais europeias só irá chegar definitivamente à região no final da década de 1880 quando Carl Peters, em nome do kaiser alemão; Henry Stanley, em nome do rei da Bélgica; e Lord Frederick Lugard, em nome da Coroa da Inglaterra se dirigiram para Buganda com o objetivo de iniciar negociações e assinar tratados que trocavam mercadorias por proteção militar. Lord Lugard era representante da Imperial British East Africa Company e, tendo viajado pela Índia e por diversas regiões africanas, estabeleceu-se em Uganda entre as décadas de 1880 e 1890 como comissário do governo inglês. Sua experiência neste território, e posteriormente na região da atual Nigéria, forneceu-lhe material para a composição de seu livro de maior relevo, *“The Dual Mandate in British Tropical Africa”*, de 1922, onde ele teoriza sobre o que denomina “governo indireto”. O cientista político Mahmood Mamdani, em seu livro *“Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism”*, afirma que tal formulação teórica teria sido criada por Lugard, mas amplamente divulgada nos meios coloniais desde então. Dentro de um “governo indireto” a

liderança tribal seria reconstituída como a hierarquia do estado local, ou então imposta onde este não existia antes, nas denominadas “comunidades sem estado”.

O primeiro acordo entre Inglaterra e Buganda foi assinado pelo próprio Frederick Lugard e pelo Kabaka Mwanga II, filho de Mtesa e chefe do reino em 1890. A partir desse primeiro passo, foi possível estender aos poucos a influência inglesa pela região. O acordo de 1900 – estabelecido entre Sir Henry Johnston, comissário do governo e cônsul-geral do protetorado neste ano, e os regentes da corte de Buganda em nome do Kabaka Chwa, que ainda era criança – transformou o reino na primeira província do Protetorado de Uganda, e o Kabaka em um administrador imperial. Este reino foi identificado na historiografia clássica sobre o tema como o centro irradiador de todas as políticas britânicas que a partir de então alcançaram os demais territórios do protetorado e do futuro país.

No entanto, para que nossa análise consiga obter um entendimento mais completo da história de Uganda se faz necessário um aprofundamento nas fontes missionárias do período, uma vez que, como já afirmamos, os religiosos, se não foram os primeiros europeus a atingirem o território, foram os primeiros a se estabelecerem e criarem relações sociais com o povo Baganda. Quanto à história missionária, no contexto mais geral da Europa, as diferentes denominações evangélicas, assim como a Igreja católica, partilhavam questionamentos comuns à época como, por exemplo, a necessidade de romper as rotas de tráfico de escravos que persistiam no interior da África. As sociedades missionárias também foram favorecidas, de alguma maneira, pela expansão dos poderes coloniais europeus em seu caminho para a concretização de um projeto internacional de evangelização dos chamados “pagãos”, cujo auge se deu no final do século XIX, focado, justamente, neste continente. No entanto, cada “igreja” traduziu de forma particular as dificuldades e avanços que obteve nessa empreitada.

No início da década de 1890 estavam estabelecidas em Mengo duas sociedades missionárias de extrema importância no contexto africano e para além dele: de um lado, os Pères Blancs (ou Padres Brancos), católicos franceses; de outro, a Church Missionary Society (referida daqui em diante com CMS), formada por anglicanos ingleses. O debate realizado entre o reverendo anglicano Alexander Mackay, e o padre francês Simeon Lourdel, seria de extrema importância, segundo o historiador John Mary Waliggo, para compreender a maneira como se desenvolveu a conversão ao cristianismo nos primórdios da presença cristã em

Buganda. O debate teria se dado de forma tão acalorada e polarizada que, embora poucos Baganda tenham se convertido na ocasião, aqueles que abraçaram a fé cristã, seja católica ou protestante, segundo o historiador, viriam a se tornar fanáticos e mártires. O debate, portanto, teria estabelecido as bases de como os convertidos entenderiam sua fé e a “outra fé cristã que não a sua” (WALIGGO, 1986: 3-40). A historiografia especializada no tema é unânime em reconhecer que no início da década de 1890 já havia uma divisão clara entre os setores da sociedade nativa convertidos ao anglicanismo e ao catolicismo. No entanto, há historiadores que identificam uma virada brusca na situação local, localizada nos anos finais da década de 1880, e outros entendem que existiu um acirramento gradual dessa rivalidade e que as identidades não eram entendidas somente como religiosas, mas também como políticas.

Para o historiador Cedric Pulford, a questão nunca foi fundamentalmente religiosa, mas sim uma disputa por poder (PULFORD, 1999). A potência vencedora traria consigo sua religião e nesse ponto se daria a mistura entre fé e política. Para ele, os missionários ingleses e franceses se envolveram com a política desde o início e por isso associaram as duas de maneira inseparável. Seria nesse sentido que quando os ingleses assumiram a administração do protetorado, em 1893, os protestantes teriam sido privilegiados em detrimento dos católicos, dos tradicionalistas e dos muçulmanos. O autor aponta para o fato de que vários nativos se utilizaram das religiões cristãs e dos privilégios que elas lhes atribuíam, para se engajarem em causas políticas.

Segundo todos os relatos que conhecemos, diretamente ou através da bibliografia, sobre a história de Uganda, incluso o de Frederick Lugard, no final da década de 1880 os diferentes grupos cristãos em Mengo passam a se denominar Wa-ingleza, do lado anglicano, e Wa-fransa, do lado católico, o que demonstraria sua identificação política com as diferentes potências. Se partirmos desta constatação, podemos perceber que embora as duas “facções” se entendessem como coisas distintas desde a década de 1870, é nesse momento que a clivagem toma um tom violento e definitivo que irá marcar a história colonial e pós-colonial de Uganda. Um exemplo desta questão seria o comportamento do Kabaka Mwanga II, durante a denominada Batalha de Mengo, em 1892, que coloca em lados opostos os protestantes e os católicos, sendo os primeiros liderados por Lugard, e os últimos apoiados pelo Kabaka. Este,

quando percebe que irá perder a guerra, abdica do catolicismo com a intensão de apaziguar a ira dos Wa-ingleza. Após ser derrotado, tentar voltar para sua antiga fé, e essa, então, lhe é negada.

O relato de Alfred Robert Tucker, intitulado “Eighteen Years in Uganda and East Africa”, publicado em 1908 é uma das fontes centrais para a nossa pesquisa. Tucker chega a Buganda como terceiro bispo anglicano da África Oriental Equatorial para se tornar, em 1897, o primeiro bispo da recém-criada diocese de Uganda. Este missionário vinha de uma tradição evangélica que raramente permitia o envolvimento dos religiosos com a atuação política e tentou trazer para Uganda esta filosofia, herdada de seu tutor Henry Venn, secretário geral da CMS no período de 1841 a 1872.

No entanto, na interpretação do historiador Tudor Griffiths, a distinção entre sagrado e secular era estranha à herança intelectual advinda da recente história missionária de Uganda e, na prática, era contrariada pelas atividades da CMS, com a justificativa de que Uganda era um “caso especial” (GRIFFITHS, 2001: 93). Parte da pesquisa é delinear quais dificuldades Tucker teve para se adaptar a tal realidade, observando assim como sua teoria missionária e evangelizadora contrastava com os conflitos que se desdobravam de sua função como bispo de Uganda, em um período tão conturbado politicamente.

Para Holger Hansen, os missionários como um todo, mas principalmente os protestantes, teriam criado fortes vínculos com os chefes locais. Dentro da teoria de Venn, que chega a Uganda pelas mãos de Tucker, a função primordial da missão seria criar um clero nativo e dar-lhe condições de sobreviver de forma autônoma. No entanto, paralelamente à missão, os reverendos nativos também se vinculam aos chefes locais, se tornando, por sua vez, dependentes deles. Com o fortalecimento do Estado colonial e a marginalização da missão anglicana, os chefes nativos perdem várias prerrogativas das quais gozavam no período anterior, e por consequência, a igreja nativa se torna dependente do Estado nascente. Neste contexto, a escalada para o poder político, a nomeação para os ministérios e outros benefícios eram facilitados pela conversão ao cristianismo. A adoção deste conferia status aos seus convertidos, e o ato do batismo tinha consequências sociais. Numa situação de escolha, os indivíduos levavam esses efeitos secundários em conta, embora os missionários não aprovassem as consequências disso para a qualidade da convicção religiosa.

Podemos entender este fenômeno como similar ao processo de secularização europeu que Michel De Certeau localiza a partir do século XVII. Desta forma, a religião passa a ser categorizada como costume ou contingência histórica, se opondo ao Estado, agora entendido como única fonte válida de Razão (DE CERTEAU, 2011: 157). A linguagem religiosa pode ainda determinar a organização social e espiritual da sociedade colonial em formação, como se observa na ênfase em combater o paganismo africano, a necessidade da conversão ao cristianismo e a necessidade de autonomia da igreja nativa, mas ela o faz dentro dos limites do lugar social que o Estado lhe reservou. Quando o Estado se fortalece no Protetorado de Uganda a missão e a igreja nativa perdem poder.

Portanto, para entendermos como este processo de separação de poderes aconteceu no caso específico deste protetorado, escolhemos analisar os conflitos religiosos que tiveram lugar na fase pré-colonial. Podemos afirmar, grosseiramente, que as principais rivalidades religiosas na Buganda pré-colonial foram de dois tipos, a saber: massacres cujos alvos foram opositores dos kabakas e guerras entre facções religiosas. As últimas ficaram conhecidas através dos relatos dos generais ingleses como “guerras de pacificação”, uma vez que estes acabaram por se associar aos grupos de Baganda protestantes, contra os grupos católicos, aos quais o Kabaka Mwanga se aliou, na maior parte do tempo.

O massacre do ano de 1876, quando o Kabaka Mtesa manda queimar mais de setenta pajens muçulmanos da corte real que questionam sua fé, embora seja de extrema relevância, nos interessa menos já que a instabilidade da presença muçulmana no reino foge ao escopo desta apresentação. O segundo grande massacre aconteceu entre 1885 e 1887, terminando com a morte de quarenta e cinco cristãos, na maioria protestantes, a mando do Kabaka Mwanga. Segundo os aliados do chefe Baganda a razão para os assassinatos teria sido sua desconfiança de que muitos dos pajens estariam repassando informações da corte aos ingleses e franceses. Do lado dos missionários, a principal acusação é de que os pajens teriam recusado a se submeter aos atos de sodomia, estritamente condenados pelos cristãos, requisitados pelo soberano. Os dois eventos, no entanto, são demonstrações extremas dos conflitos em curso já há algumas décadas, decorrentes da abertura do reino a forças externas que ao chegarem, desestabilizam o poder do rei e de seus aliados. Os comerciantes, além das

novas mercadorias, trazem as línguas árabe e ki-swahili, e o Corão, seguidos pelos missionários que lhes apresentam as línguas europeias e a Bíblia.

O reino de Buganda era uma formação social pouco comum na África Oriental (comparável somente aos reinos de Ruanda e Burundi), formada por uma classe de chefes osciosos na qual os jovens pajens reais formavam um grupo estratégico, uma vez que seriam, no futuro, enviados como oficiais para localidades distantes da capital. O fato de que este grupo social foi um dos primeiros a se converter ao cristianismo faz com que surjam divisões internas na corte. Somando-se a esta conjuntura o fato de que desde a década de 1870 missionários de diferentes potências coloniais haviam dado início ao processo de evangelização dos Baganda, entendemos melhor o porquê das rivalidades facciosas que irão se tornar motivo de conflitos armados na década de 1890.

Entre 1888 e 1890 acontece aquilo que Michael Twaddle chamará de “revolução muçulmana” (TWADDLE: 1972: 54-72), quando estes, formando uma aliança temporária com grupos cristãos, irão depor, temporariamente, Mwanga II, que os estava afastando das posições de poder<sup>3</sup>. John Taylor afirma que estes anos veem um crescimento não habitual de convertidos cristãos e atribui tal fato à propaganda missionária que no decorrer da perseguição aos cristãos instaurada pelo Kabaka intensificou a pregação do cristianismo, mesmo que em segredo (TAYLOR, 1958). O autor defende que o desenvolvimento dos grupos cristãos aconteceu em relação aos acontecimentos políticos, mas à revelia deles. Teria sido ao se aliarem aos muçulmanos, ao mesmo tempo que se entendiam como seus rivais, que os cristãos passaram a se ver com um grupo político capaz de se impor nas discussões públicas. No entanto, estes cristãos só estiveram unidos, enquanto durou a aliança. Assim que Mwanga voltou ao poder, as rivalidades internas existentes desde antes desta revolta voltaram a aparecer e se exacerbaram. É neste período que os convertidos passam se denominar como dois partidos políticos separados, os protestantes, ligados à CMS e os católicos aos Padres Brancos.

---

<sup>3</sup> Eles colocam no trono Kiwega, que, como novo rei, faz uma aliança com os tradicionalistas Baganda em reação àqueles que o empossaram. Os muçulmanos, no entanto, o trocam por outro rei, Kalema, no que fica conhecido como “o ano dos três reis”.

Segundo John Waliggo, o histórico de perseguições e mortes violentas aos quais foram expostos os cristãos em Buganda teria dado fôlego aos missionários para preparar seus convertidos para o martírio. Aqueles que escaparam deste fim trágico, teriam persistido na fé heroica que caracteriza o mártir, e, depois da deposição de Mwanga II, tal heroísmo iria desabrochar numa forma específica de pensar a política como indissociável da religião.

Michael Twaddle afirma que será no processo de acirramento das tensões entre as diferentes “facções” cristãs, no decorrer das décadas de 1880 e 1890, que tal diferenciação se transformará em categoria política, culminando nas “guerras de pacificação” travadas pelos representantes ingleses (sendo Frederick Lugard o primeiro deles) e finalmente no acordo de 1900, que estabiliza a situação ao estabelecer regras definitivas para o protetorado. Tal acordo, no entanto, só se concretiza com a deposição de Mwanga, o estabelecimento de uma corte de regentes aliados aos interesses ingleses e com a concessão de privilégios aos chefes protestantes no que diz respeito ao acesso a terra e a cargos do governo colonial. Portanto, a estabilização do protetorado permite e acarreta a pacificação das disputas religiosas e privilegia a Church Missionary Society e seus seguidores no campo da evangelização. Buganda entra em sua fase colonial dominada pela ordem política protestante, esta por sua vez guiada pelos missionários da CMS e aliada à autoridade secular britânica.

#### Bibliografia

APTER, Andrew. Africa, Empire, and Anthropology: A Philological Exploration of Anthropology's Heart of Darkness. *Annual Review of Anthropology*, v. 28, 1999, pp.577-598.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2011.

CISTERNINO, Mario. *Passione per l'Africa: Carte missionarie ed imperiali sulla prima evangelizzazione in Uganda e Sudan 1848-1923*. Roma: Urbaniana University Press, 2001.

COOPER, F. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of Carolina Press, 2005.

DIRKS, Nicholas B. *From Little King to Landlord: Colonial Discourse and Colonial Rule* In: DIRKS, Nicholas B. *Colonialism and Culture: The Comparative Studies in Society and History Book Series*. . Princeton: Princeton University Press, 2001.

DULLEY, Iracema. *Deus é Feiticeiro: práticas e disputas nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume, 2010.

GALE, H. P. *Uganda and the Mill Hill Fathers*. Londres: Macmillan, 1959.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África Presente no Discurso de Richard Francis Burton: Uma análise da construção de suas representações*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação História Social, do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Doutor em História.

HANSEN, Holger Bernt. *Mission, Church, and State in a Colonial Setting: Uganda, 1890-1925*. New York: St. Martin's. 1984. 649 p.

\_\_\_\_\_. *Church and State in Early Colonial Uganda*. *African Affairs*, Vol. 85, No. 338 (Jan, 1986), pp. 55-74.

HANSON, H. E. *Landed obligation: the practice of power in Buganda*. Portsmouth, NH: Heinemann, 2003.

HEMPHILL, M. K. The British Sphere 1884-94. MATHEW, G. OLIVER, R. (Ed.) *History of East Africa*. V. 1. Oxford: Clarendon Press, 1963, p.391-432.

INGHAM, K. *The Making of Modern Uganda*. Londres: George Allen & Unwin, 1958. 303 p.

LANGLANDS, Brian W. & NAMIREMBE, G., *Studies on the Geography of Religion in Uganda*, Kampala: Department of Geography, Makerere University College, (Occasional Paper no. 4), 1967.

LEE, Alexander & SCHULTZ, Kenneth A. *Comparing British and French Colonial Legacies: A Discontinuity Analysis of Cameroon*.

LEEKE, R. H. The Northern Territories of the Uganda Protectorate. *The Geographical Publishing on behalf of The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers)*, v. 49, n° 3, mar. 1917, p.201-208.

MAMDANI, Mahmood. *Imperialism and fascism in Uganda*. Trenton-N.J.: Africa World, 1984

\_\_\_\_\_. *Citizen and Subject: Contemporary África and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton-N.J.: Princeton University, 1996.

MAMDANI, M. *When victims become killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

MÉDARD, Henri. La naissance et Le déclin des partis politiques et religieux em Ouganda 1887-2002. *Afrique & histoire: Revue Internationale*, nº 1, p. 139-167, set. 2003.

PAKENHAM, Thomas. *The Scramble for Africa: White man's conquest of the Dark Continent from 1876 to 1912*. New York: Avon Books, 1992.

PEEL, J. D. Y. Conversion and Tradition in Two African Societies: Ijebu and Buganda. *Past and Present*, No. 77 (Nov. 1977), pp. 108-141.

PULFORD, Cedric. *Eating Uganda: From Christianity to Conquest*. Londres: Ituri Publications, 1999.

REID, R. J. *Political power in pre-colonial Buganda: economy, society & warfare in the nineteenth century*. (Eastern African studies). Oxford: James Currey; Kampala: Fountain Publishers; Ohio: Ohio University Press, 2002.

OLIVER, Roland A. *The Missionary Factor in East Africa*. Londres: Longmans Green, 1952.

OLIVER, Roland A. & GERVASE, Mathew. *History of East Africa*. Oxford: Clarendon, 1963.

TAYLOR, J. V. *The Growth of the Church in Buganda*. Londres: S.C.M. Press, 1958. 288 p.

THOMPSON, Gardner. *Governing Uganda: British Colonial Rule and its Legacy*. Kampala: Fountain Publishers, 2003.

TWADDLE, M. The Emergence of Politico-Religious Groupings in Late Nineteenth-Century Buganda. *The Journal of African History*, v. 29, nº 1, Edição especial em Honra de Rolanda Oliveir, 1988, p.81-92.

TWADDLE, M. The Muslim Revolution in Buganda. *African Affairs*, 1972. pp. 54-72.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Editora Revan, 1998. 464 p.

WRIGLEY, C. C. The Chistian Revolution in Buganda. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 2, No. 1 (Oct., 1959), pp. 33-48.